



Todas as Musas

ISSN 2175 - 1277

Ano 11 Número 02

Jan - Jun 2020

**Outras memórias e histórias da ditadura brasileira a partir da literatura de autoria feminina**

*Other memories and stories of the Brazilian dictatorship from the literature of female authorship*

Camila Marchesan Cargnelutti<sup>1</sup>

Dileane Fagundes de Oliveira<sup>2</sup>

Anselmo Peres Alós<sup>3</sup>

**Resumo:** Nesse artigo, articulando conceitos da literatura, história, memória e estudos de gênero, analisamos o romance *Tropical sol da liberdade*, da escritora brasileira Ana Maria Machado. Publicada em um contexto pós-ditatorial no Brasil, no ano de 1988, a obra de Machado constrói seu enredo relacionado a esse período, apropriando-se da literatura como uma forma de resistência, de libertação e de emergência de outras histórias e memórias sobre o período ditatorial no país.

**Palavras-chave:** autoria feminina; ditadura brasileira; gênero; história; memória.

**Abstract:** In this paper, articulating concepts from the studies of gender, literature, history and memory, we analyzed the novel *Tropical sol da liberdade*, by the Brazilian writer Ana Maria Machado. Published in a post-dictatorial context in Brazil, in the year 1988, Machado's work builds its plot related to this period, appropriating literature as a form of resistance, liberation and emergence of other stories about the dictatorial period in the country.

**Keywords:** female authorship; Brazilian dictatorship; gender; history; memory.

Em momentos de derrocada da democracia e de eclosão de regimes ditatoriais militares, como aconteceu na América Latina na segunda metade do século XX, tornam-se ainda mais insistentes as tentativas históricas de silenciar as vozes representativas da alteridade, manifestando a intenção de calar o diferente político e ideológico. Nesse contexto repressivo, muitas escritoras latino-americanas desenvolveram suas escritas e construíram suas obras, sendo uma delas a escritora brasileira Ana Maria Machado, que utilizou essa matéria narrativa como fundamento para *Tropical sol da liberdade*. Publicado no Brasil em 1988 – portanto, em um contexto pós-ditatorial –, *Tropical sol da liberdade* está intrinsecamente relacionado a esse período, e todo o enredo da história entremeia-se às memórias do contexto ditatorial recente do país. A obra de Machado, a partir da perspectiva de mulheres, consideradas historicamente como a *alteridade* em sociedades patriarcais, constitui-se como um espaço para a emergência de outras histórias, experiências e memórias a respeito da ditadura brasileira. Intentando compreender como essas perspectivas manifestam-se na literatura de autoria feminina, realizo nesse estudo uma leitura de

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). Mestre em Letras pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa “Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismos, estudos de gênero e teoria queer”.

<sup>2</sup> Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). Mestre em Letras pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa “Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismos, estudos de gênero e teoria queer”.

<sup>3</sup> Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa “Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismos, estudos de gênero e teoria queer”, criado em 2013 e cadastrado junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq.

*Tropical sol da liberdade*, fundamentando-me, principalmente, na articulação entre elementos teóricos de literatura, história, memória e estudos de gênero.

Ainda que as memórias das duas personagens principais do romance – Amália, a mãe, e Lena, a filha – sejam construídas no interior de uma narrativa ficcional e constituam seu sentido dentro desse romance, o tempo e o momento histórico em que o enredo se desenvolve possuem muitos traços calcados na realidade e no contexto ditatorial. Em *Tropical sol da liberdade*, esse período é rememorado a partir das experiências e vivências das duas personagens mulheres. Dessa forma, história e literatura, de acordo com a proposta de White (1995), estão em constante e permanente entrelaçamento no romance de Machado. Conforme explica o autor, tanto a literatura quanto a história são construções linguísticas e ideológicas, que se diferenciam somente a partir de suas estruturas. Para o autor, “as histórias (e filosofias da história também) combinam certa quantidade de ‘dados’, conceitos teóricos para ‘explicar’ esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados” (WHITE, 1995, p. 11).

Em *Tropical sol da liberdade*, as memórias das personagens Lena e Amália, construídas por meio da ficção, estão diretamente ligadas à história nacional e ao contexto em que essas mulheres viveram. No que tange à construção literária, seguindo essa linha de pensamento, a narrativa ficcional que procura abordar acontecimentos históricos pode contribuir, também, para a emergência de perspectivas novas, diferentes, sobre um determinado período. Produções como a de Ana Maria Machado, nesse sentido, configuram-se como espaços potenciais para a desconstrução de supostos discursos únicos da história. Assim como afirma Benjamin (1987), esse suposto discurso histórico único, que se pretende universal e que é tido como verdade absoluta, é, na realidade, somente *uma* das possíveis representações da história. E essa representação, longe de ser neutra – como insistem em reafirmar seus ferrenhos defensores – é construída a partir de valores, interesses e ideologias de grupos sociais hegemônicos.

Vivendo em um contexto repressivo e de tentativa de construção de uma memória/história oficial, Amália (a mãe) e Lena (a filha) possuem suas memórias pessoais e particulares, muitas vezes em confronto com os discursos supostamente únicos sobre o período. Conforme explica Pierre Vidal-Naquet (1996, p. 15), cada um possui uma memória, e é justamente por meio dessa memória que cada um é um indivíduo: “a los veinte años, a los sesenta, a los ochenta, uno se identifica consigo mismo al tomar como referencia su pasado, un pasado del cual es el único poseedor por más que exista también la memoria de otros”. Dessa forma, a memória é constituinte da própria identidade do sujeito e rememorar os acontecimentos do passado, como fazem Amália e Lena ao longo do desenvolvimento do romance, configura-se como parte fundamental da constituição da identidade dessas mulheres e da reconstrução de si como sujeitos, por conta dos traumas do período repressivo. Esses traumas são ainda mais contundentes no que diz respeito às experiências de Lena, jornalista que sofreu com a censura em seu ambiente de trabalho, foi perseguida politicamente, detida e interrogada, tendo que recorrer ao exílio como alternativa para escapar à violência do regime ditatorial no Brasil.

Como afirma Elizabeth Jelin (2001, p. 3), a memória configura-se como individual e, simultaneamente, coletiva, relacionando-se a fatores e conjunturas sociais: “quienes tienen memoria y recuerdan son seres humanos, individuos, siempre ubicados en contextos grupales y sociales específicos”. A partir de sua convivência e de seus diálogos na narrativa, mãe e filha estabelecem reciprocamente uma relação que enriquece suas respectivas visões e memórias individuais sobre acontecimentos

marcantes e cotidianos do período ditatorial, reconfigurando, através do olhar e da voz do outro, suas próprias perspectivas. A relação que Amália e Lena mantêm com a memória é objeto de constantes reflexões na obra, tanto por parte da mãe, quanto por parte da filha. O romance todo é construído a partir do retorno de Lena à casa materna, depois de longo tempo longe, e grande parte da narrativa se dá no âmbito das recordações e memórias dessas duas mulheres.

Após conversar com a mãe sobre as tensões do ano de 1968 – um dos anos mais emblemáticos da ditadura no Brasil – e ambas contarem experiências traumáticas vividas naquele período, Lena compara as memórias com o fluxo sanguíneo: lembranças pulsantes sob a superfície da pele, corrente circulatória de lembranças, irrigação permanente de cada momento vivido, sempre prestes a fluir ou a desencadear uma hemorragia – como a suscitada pelo diálogo e pelas trocas matutinas com a mãe:

Deitou, fechou os olhos, tentou dormir. Mas as imagens e lembranças das conversas matutinas insistiam em vir, sem serem chamadas. Como se atendessem a um apelo invisível, que as agrupava, sangue vivo correndo oculto dentro da carne e que, a um pequeno corte, começa a fluir. Para lembrar que está sempre ali, pulsando sob a superfície da pele, garantia de estar vivo. Desde que não virasse hemorragia, tão fácil se esvair num fluxo incessante, sucumbir num jorro súbito. Não, não era assim o sangue da memória, essa corrente circulatória da lembrança, irrigando em veios capilares cada pedacinho da vida, chegando a toda parte, alimentando cada célula, renovando cada tecido. Era mais como uma irrigação permanente, embebendo, umedecendo o cotidiano, impregnando de sua seiva cada ato de um tempo posterior. Mas fluindo semi-adormecido. E, ao acontecer alguma incisão como essas que as conversas com a mãe de manhã tinham causado, logo as lembranças fluíam rapidamente ao local do corte. Mas depois coagulavam. O presente retomava seu lugar. Só que a cicatriz abria à toa... (MACHADO, 1988, p. 112).

Amália, ao ler os escritos de Lena para a peça de teatro, relembando os tempos sofridos do exílio, também reflete sobre a necessidade de recordar esses momentos, por mais difícil que seja. Ainda que seu primeiro impulso tenha sido a vontade de esconder os papeis, sumir com todas as pastas para o bem da filha, para que ela não mais sofresse por conta de dores do passado, logo a mãe pensa um pouco mais no assunto e muda de ideia: “a esta altura da vida já sabia também que às vezes a gente precisa mexer nessas coisas doídas e fazer estourar mesmo, não adianta passar o tempo todo fingindo que não dói ou que não há nada” (MACHADO, 1988, p. 226). A mãe chega à conclusão que o processo de escrita das memórias era fundamental para a recuperação da filha e que, portanto, mexer nesse passado doído era algo necessário, que se deveria deixar vir à tona, “como um abscesso inflamado, cheio de pus, que incomoda, dói, lateja, até amadurecer e a gente poder lancetar, estourar aquela porcaria nojenta toda que está lá dentro, purgar, drenar tudo até ficar saindo só o sangue e a gente saber que chegou no fundo” (MACHADO, 1988, p. 226-227). Nesse momento, de acordo com o raciocínio de Amália, viria o alívio:

Aí tem só que limpar muito bem limpinho, para não ficar reaparecendo em outros lugares. E pronto, é um alívio! Quem sabe se não era isso? Quem sabe se a sua Helena Maria não estava mesmo precisando de ir drenando toda essa infecção, devagarzinho, para não ter que ir a uma cirurgia mais drástica? Vai ver, era por isso que elas estavam assim esses dias, a toda hora conversando das coisas do passado, daquilo de que há tanto tempo ela não falava... E ela mesma, Amália, se dava conta agora de que tinha vontade de lembrar mais, de deixar a memória minar as recordações, feito a água que brotava devagarzinho na fonte lá dos fundos [...] E havia momentos em que era indispensável recordar. Como elas vinham fazendo esses dias, a toda hora, falando dos tempos passados. Ou mesmo sem falar – pelo menos, de sua parte, as lembranças estavam vindo muito vivas (MACHADO, 1988, p. 227).

Assim como Amália sente que existem momentos em que é necessário recordar o passado e que há ocasiões em que as lembranças surgem muito vivas, incontíveis, Lena também compreende as memórias como algo que não pode ser interrompido ou controlado – tal como o fluxo sanguíneo da comparação anterior – : “lembrança não tem jeito. Teoricamente, a gente pode dar corte, interromper, desviar. Só que, na prática, não se manda na memória, ela é que manda na gente. Insiste em vir como quer e quando quer. Ou some e se esconde, por mais que se puxe” (MACHADO, 1988, p. 257). Ambas as personagens manifestam o desejo de lembrar, apesar das dores e dos traumas, relacionando-se aos escritos de Seligmann-Silva (2013, p. 134) sobre a necessidade de “narrar, elaborar e esquecer”, que se manifesta nas vítimas de eventos traumáticos. Ao mesmo tempo, compreendem a importância desse processo de construção de memória a partir do discurso, uma vez que, no contexto do enredo do romance e – também no presente –, ainda se disputa essa memória, assim como a punição aos envolvidos nas arbitrariedades cometidas pelo Estado.

Exemplos simbólicos da configuração das memórias de Lena e de Amália dizem respeito ao papel da mídia no período. A atuação da mídia no contexto de protestos e de repressão, principalmente no ano de 1968, faz parte das memórias tanto de Amália quanto de Lena, que, como jornalista, teve seu trabalho diretamente afetado por conta da censura imposta aos meios de comunicação. A imprensa – principalmente os jornais mais influentes da época –, de acordo com a narrativa de Machado, estava focada em aprimorar técnicas de deslegitimação dos movimentos estudantis e sociais, insinuando que o que havia nesses grupos “não era um clamor jovem por mais liberdade, porém uma massa de inocentes bem-intencionados, manobrados por um bando de baderneiros e agitadores profissionais, que apostavam no conflito financiados pelo ouro de Moscou” (MACHADO, 1988, p. 138). Concomitantemente a essa situação, a opinião pública reservava-se a um silêncio temeroso de possíveis represálias: “a opinião pública já estava aprendendo a não gritar, depois que as últimas passeatas tinham sido dissolvidas a tiros e mortes, e que as pessoas começavam a sumir misteriosamente” (MACHADO, 1988, p. 138).

A atuação da imprensa imediatamente após o anúncio do Ato Institucional Número 5, que ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe”, também faz parte das memórias mais enraizadas de Lena. O AI-5 institucionalizou e escancarou a censura à mídia e a personagem recorda, especialmente, a edição de 14 de dezembro do *Jornal do Brasil* e a coragem de resistir com as possibilidades que se apresentaram. O jornal publicou classificados em vários pontos em que matérias foram censuradas, informou que o Congresso havia sido colocado em recesso, além de divulgar integralmente o texto do AI-5. O periódico também utilizou-se de outros recursos perspicazes para informar à população a gravidade da situação que se vislumbrava na época – e não somente para os rumos da imprensa. Sob o título *Hora Dramática*, uma foto enorme mostrava o momento em que o jogador Garrincha, conhecido como *Alegria do Povo*, havia sido expulso de campo em um jogo de futebol – o detalhe é que o flagrante era de muito tempo antes, mas foi noticiado como um acontecimento recente. Além dessa, outras fotografias esportivas compuseram a edição do jornal, como o retrato de uma criança tentando derrubar um lutador enorme, campeão mundial de judô. Essa imagem foi publicada no lugar do editorial, espaço reservado tradicionalmente para a exposição da opinião da empresa de comunicação, e acompanhada do título *Tarefa Hercúlea*. Lena recorda ainda outros recursos utilizados pelo *Jornal do Brasil* nessa edição histórica:

E, por toda parte, entre anúncios classificados e cartas de leitores deslocadas de sua paginação normal, fotos de gorilas e outras alusões à situação do país. Como a fotografia velha da seleção de futebol na concentração, com a legenda: “*Repouso dos guerreiros – os balipodistas do Brasil*”

ficaram muito felizes com o conforto das instalações; estão descansando bastante”, sutil maneira de comunicar ao leitor que havia muita gente presa. Lena guardara o jornal. Aliás, quem guardou foi Amália, que deu a ela mais tarde. Mas mesmo sem ter as folhas impressas diante de si, ela nunca esqueceria aquela primeira página em que cada canto superior trazia um recado, ao lado do logotipo tradicional. De um lado, se informava ‘Ontem foi o Dia dos Cegos’, aproveitando o pretexto das comemorações de Santa Luzia, padroeira da visão. Do outro lado, publicava-se uma previsão meteorológica ameaçadora, falando em nuvens negras no horizonte e outros perigos, coisa inteiramente desmentida na realidade pelo praião ensolarado que atraiu todo mundo para a beira do mar, única oportunidade naquele instante de fazer algum tipo de reunião, contar as baixas, tentar distinguir quem fora preso de quem se escondera (MACHADO, 1988, p. 203-204).

No trecho acima, também é possível perceber que, apesar de Lena recordar com detalhes as páginas daquela edição, foi a mãe quem guardou o exemplar do periódico, representando, como em outros momentos da narrativa, uma espécie de guardião da memória do período. Vale lembrar que também é Amália quem guarda as fotografias de toda a família, bem como conserva cuidadosamente as cartas e correspondências da filha, materiais fundamentais para a escrita da peça de teatro que Lena deseja. Apesar das tentativas de alguns jornais de driblar a censura, é importante destacar que a atuação da imprensa não foi unânime nessa forma de resistência à ditadura civil-militar. Ainda que o autoritarismo e a violência fossem determinantes para a censura aos meios de comunicação, as vantagens, principalmente econômicas, oferecidas às empresas que colaboravam com a ditadura contribuíram enormemente com essa prática. Além disso, os principais veículos de comunicação, além das benesses alcançadas com a colaboração com os militares, demonstravam, primeiramente, um alinhamento ideológico com a ditadura civil-militar.

No romance de Ana Maria Machado, a voz narrativa apresenta as recordações de Lena que, ao ler o jornal do dia, relembra o ambiente complexo da redação onde trabalhava como jornalista e que, como a sociedade em geral, manifestava aspectos dos tempos sombrios que o Brasil vivia. Uma situação que possibilitava que alguém como o seu chefe, editor do jornal em que trabalhava, fosse, simultaneamente, amigo de um militar torturador e preocupado em manter informado um ex-guerrilheiro no exílio, enviando periodicamente os jornais do país. A mesma situação complexa que permitia que um casal de militantes de esquerda, exilados na França e conhecidos de Lena, interceptassem os jornais enviados do Brasil, de forma a impedir que essa informação chegasse ao seu destino. Na passagem seguinte, a protagonista rememora essa conjuntura social complexa e o ambiente da redação em que trabalhava, apenas um dos milhares espalhados pelo país e que passavam por momentos e situações semelhantes:

Por isso mesmo era impiedosa com as falhas que traíam o que ela considerava a essência do jornalismo: informar honestamente. Sabia que, durante a ditadura, o ambiente das redações, como tudo mais, refletira os tempos que o país vivia. Nos jornais havia homens dignos e crápulas. E, como em toda parte, o regime militar foi a época ideal para os crápulas crescerem viçosos. E os não tão crápulas, mas simpatizantes. Naquele tempo, vivera e vira, com os próprios olhos, episódios de que se envergonhava só de lembrar. Chefe de reportagem recebendo suborno de bicheiro. Repórter denunciando colegas à polícia. Editor proibindo, como se fosse ordem da censura, notícia que a própria repressão esquecera de vetar. Mas vira também a solidariedade, a coragem, a competência apurando o atentado da direita, denunciando o escândalo, questionando a versão oficial. E testemunhara belos atos pessoais de criatividade profissional e tranquila bravura na resistência. Sabia que, se a ditadura, afinal, se acabava, em grande parte era graças ao trabalho consequente de colegas (MACHADO, 1988, p. 301).

Esses são apenas alguns exemplos simbólicos de como o contexto repressivo, de arbitrariedade, de censura e de violências diversas compunham as memórias e as experiências de ambas as personagens principais do romance de Ana Maria Machado.

Além desses, também são abordados de maneira literária acontecimentos reais como a morte do estudante secundarista Édson Luís durante confronto com policiais no Restaurante Estudantil conhecido como “Calabouço”; o episódio de truculência policial após a invasão da Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conhecido como Sexta-Feira Sangrenta; a Passeata dos Cem Mil, dentre outros. Eventos como esses não fazem parte apenas das memórias individuais de Lena e de Amália – compõe também a memória coletiva nacional. Conforme explica Halbwachs (2004), a memória individual e a memória coletiva relacionam-se intrinsecamente e não podem ser analisadas isoladamente. Segundo o autor, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2004, p. 30).

Já na concepção de Pollak (1989), um dos principais críticos da teoria proposta por Halbwachs, essa perspectiva, apesar de necessária, é falha ao desconsiderar os elementos de dominação e de violência simbólica presentes no conjunto da memória coletiva nacional. Nesse sentido, frente a uma função uniformizadora e, muitas vezes, opressora desempenhada pela memória coletiva, a memória individual constituir-se-ia como um lugar de resistência a esses discursos hegemônicos oficiais, resultantes de relações de poder históricas. Conforme salienta Pollak (1989, p. 4), “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”.

É nesse contexto pós-ditatorial de produção e publicação de *Tropical sol da liberdade*, de memória em disputa e de anseio por justiça, que as personagens femininas, a partir de suas memórias individuais, refletem sobre a necessidade de rememorar esse passado. Por mais traumático que seja para essas mulheres, ambas entendem a importância desse processo de rememoração para que a justiça seja feita, para que se evite o esquecimento e, dessa forma, se evite a repetição da violência. Amália, em uma crítica ferrenha à impunidade imperante naquele momento, não consegue esquecer as injustiças ainda não reparadas – mesmo após anos desde o início do processo de redemocratização do país. A mulher não esquece – e não quer deixar esquecer – que a anistia era “fajuta e mentirosa” e que só servia como garantia prévia para que nenhum torturador fosse julgado por seus crimes; não esquece que muita gente ainda não tivera anistia plena; não esquece que o governo ainda estava repleto de pessoas que colaboraram com a ditadura; não esquece que ainda não havia data marcada para as próximas eleições para presidente – votação pública que não acontecia há quase 30 anos no país. E, principalmente,

[...] não dava para esquecer que todos aqueles que reprimiram, bateram, prenderam, torturaram, soltaram bombas e mataram durante os anos de terror continuavam soltos e dispersos pelo meio da população, sem nunca terem sido punidos de uma forma qualquer e, muitas vezes, sem nunca ao menos terem sido identificados e expostos à opinião pública. Juntando com todos os ladrões e corruptos que deram todo tipo de trambique e se meteram em todo tipo de roubalheira até o país chegar à calamidade econômica em que estava, era bastante gente gozando da mais total impunidade (MACHADO, 1988, p. 228-229).

Visão crítica semelhante possui Lena acerca da necessidade de justiça para a construção de um Brasil diferente, bem como sobre a impunidade resultante do processo de passagem da ditadura para a democracia, que obedeceu a determinadas condições tácitas: “nenhum torturador foi punido. Nenhum atentado de direita foi publicamente apurado. Nenhum louco plano terrorista dos porões da ditadura jamais levou algum de seus autores para a cadeia” (MACHADO, 1988, p. 153). Sobre esses

planos terroristas, a protagonista recorda que nem mesmo os responsáveis pela tentativa fracassada de explodir um palco durante um show de primeiro de maio, com milhares de pessoas em um ambiente fechado, ou os responsáveis pelo projeto de explodir o gasômetro da cidade, ambos com o intuito de culpar os comunistas, sofreram qualquer tipo de punição. E acrescenta, com um comentário que não deveria ainda ser tão real: “até hoje” (MACHADO, 1988, p. 153) – simultaneamente, criticando a impunidade imperante e acreditando na possibilidade de um dia haver justiça.

Também por esse desejo de reparação e justiça pelos crimes cometidos durante a ditadura, a personagem sente necessidade de ter conhecimento sobre esse passado, de lembrá-lo enquanto for preciso e de contar e recontar para que não caia no esquecimento. Essa situação fica clara quando Lena recorda a chegada de um grupo de prisioneiros à Argélia, trocados por um diplomata sequestrado no Brasil. A personagem assiste ao desembarque dos prisioneiros, desfigurados pela tortura, de seu apartamento em Paris, durante o exílio. As imagens que ela viu ficaram permanentemente gravadas em sua memória, mostrando-lhe o estado físico em que os presos foram deixados e lembrando-lhe constantemente da violência que o Estado era capaz de ministrar a qualquer um que ousasse resistir ou enfrentar a autoridade militar. Lembrava, principalmente, de uma mulher em uma cadeira de rodas, inválida por conta das torturas a que foi submetida. Mas vira muitas outras cenas, de sua pequena sala na França, que os brasileiros não puderam ver ou que se recusaram a ver: vira essa moça desembarcar do avião nos braços de um companheiro, pois suas pernas não mais lhe obedeciam; vira cicatrizes profundas no corpo de Honório, seu amigo brasileiro; vira pernas e braços atrofiados pela tortura em pau-de-arara; vira gengivas em carne viva pelos choques elétricos; vira os maus-tratos e a violência a partir das chagas nos corpos dos prisioneiros recém-libertados.

Na ocasião, Lena não conseguira tirar os olhos das imagens da televisão, chorando de dor e sentindo que precisava ver aquilo, para lembrar-se de cada detalhe e para contar/escrever a todos que não estavam vendo ou que se recusavam a ver. Não é suficiente para a protagonista apenas ver e lembrar de todo aquele horror – Lena sente necessidade de compartilhar suas memórias desse passado entre todos aqueles que sofreram com a repressão durante a ditadura, entre todos que tiveram a desgraça de viver esse período de iniquidade em seu país e que, apesar disso, resistiram de alguma forma, lutando por aquilo que consideravam justo:

As lágrimas queriam impedi-la de ver mais. Mas ela tinha que ver tudo, era o mínimo que podia fazer. Ver para contar. Ver por ela mesma e por Roberta, que a essa altura, em algum ponto do Brasil, já clandestina, devia estar festejando a libertação do irmão. E por Teca. E por Julinho, irmão de Rodrigo, tão menino ainda em seus treze ou quatorze anos e já preso também, na solitária, e passando por todos os horrores que causavam os resultados que ela agora via, através das lágrimas, na tela da televisão francesa. E pela mãe deles. E dos outros. E por todas as mães e irmãs, e pais, e irmãos, e filhos, e amigos, e conhecidos, e desconhecidos, por todos os que tinham tido a desgraça de nascer no Brasil nessa geração tão abandonada por Deus e esmagada por um punhado de homens a serviço de interesses estratégicos de outro país (MACHADO, 1988, p. 272).

Além disso, o desejo de narrar suas memórias configura-se na narrativa de Machado como uma possibilidade de reconstituir sua própria história e também contribuir para a reconstituição da história nacional, a partir das memórias de sujeitos femininos silenciados ao longo dos séculos. A obra de Machado possibilita a emersão dessas vozes duplamente silenciadas em contextos repressivos, tanto por suas ideologias políticas, quanto por seu gênero, visibilizando suas perspectivas e seus pontos de vista. Dessa forma, romances como *Tropical sol da liberdade* contribuem para a construção de visões alternativas da sociedade e da história, agregando em seus

enredos críticas à história considerada oficial e construindo versões *outras* sobre o período, a partir da visão de sujeitos femininos na narrativa. Através da ótica do “segundo sexo”, como pontuou Beauvoir (1970), o romance de Ana Maria Machado também consegue subverter os papéis tradicionalmente reservados às mulheres em sociedades configuradas sob a lógica patriarcal, representando-as, ao longo de toda a narrativa, como sujeitos de seu próprio discurso, de suas próprias memórias e histórias.

Nesse sentido, por meio da construção do enredo de *Tropical sol da liberdade* e da narração de alguns importantes eventos históricos – como a morte do estudante secundarista Édson Luís, a Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil, a atuação da mídia no período ditatorial, o funcionamento da censura aos meios de comunicação, às artes e à cultura, o decreto do Ato Institucional Número 5 –, são apresentadas outras percepções e memórias sobre o período ditatorial brasileiro. Essas perspectivas, por sua vez, trazem à tona vozes e visões de sujeitos que foram historicamente silenciados, particularmente, sujeitos femininos. É a partir da literatura de autoria feminina e das memórias de Lena e de Amália no interior da narrativa que se torna possível reencontrar histórias, experiências e vivências de mulheres, escamoteadas dos discursos mais tradicionais/oficiais sobre o período ditatorial no país. Por meio das vozes dessas mulheres, alcançamos, então, uma compreensão mais aprofundada sobre esse passado recente nacional, desvelando a coexistência de uma pluralidade de olhares e concepções, valorizando e construindo um espaço para perspectivas gendradas.

## Bibliografia

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a Filosofia da História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Vol. 1, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2001.
- MACHADO, Ana Maria. **Tropical sol da liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito Pós-Fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. SARMENTO-PANTOJA, Augusto; CORNELSEN, Elcio Loureiro; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (Org.). **Literatura e cinema de resistência: novos olhares sobre a memória**. Rio de Janeiro: Editoria Oficina Raquel, 2013. 123-138.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Los judios, la memoria y el presente**. Trad. Daniel Zadunaisky. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.